

Discurso do líder da bancada do PS da Assembleia Municipal nas comemorações do 25 de Abril

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

A celebração de datas comemorativas deve alicerçar-se em convicções enraizadas e com substância bastante, para poderem por si só ser marcantes e emblemáticas.

Estou absolutamente seguro e convicto que, uma maioria substantiva dos presentes nesta cerimónia, arriscaria dizer a totalidade, concordará que a presente celebração, constitui-se de forma indubitável num dos maiores marcos históricos do nosso país.

A celebração evocativa do 25 de Abril nunca poderá ser vista como letra morta de discurso ou um enfado cerimonioso que parece apenas bem lembrar.

Antes, o ato cerimonioso que hoje alegre e emotivamente evocamos, é a grata experiência que relembra e soleniza o dia da vitória da democracia em Portugal, o dia em que a liberdade de e para o povo prevaleceu sobre a ditadura que o subjugava.

45 anos volvidos da famigerada revolução dos cravos, a lembrança do peso do jugo da ditadura sobre o povo jamais poderá ser aligeirada, da mesma forma que a vitória da democracia e da liberdade não deverá deixar de ser exaltada, lembrando sempre que importa garantir que esta conquista é exercida diariamente por cada um dos cidadãos portugueses, na sua vida quotidiana.

A democracia e a liberdade precisam ser mais do que baluartes meramente simbólicos ou elementos decorativos, precisam ser mais do que “meros” vocábulos, têm de ser transformadas em ações concretas, executadas por cada um de nós, por cada cidadão no exercício do dever de cidadania na sua comunidade de pertença.

Na prática, mais do que de forma cómoda criticar, urge exercer o direito e o dever de pertença, de opinião, de saber, de informar, de ser informado, enfim: de tudo fazer para exercer uma cidadania plena e participativa.

Importa ter plena consciência de que apesar da conquista dos direitos, liberdades e garantias adquiridos com a revolução, a sua real concretização no seu mais puro e verdadeiro esplendor ainda está longe de ser alcançada.

O assinalável percurso já percorrido alargou de forma incomensurável os horizontes e mentalidades, porém os 45 anos volvidos do dia 25 de Abril do ano de 1974, não nos devem permitir “baixar as guardas”, a verdade é que os ideais da democracia não se encontram ainda plenamente concretizados, importando continuar em busca do sonho de propiciar a todos os Portugueses um futuro mais digno através do desenvolvimento de estratégias orientadas, suscetíveis de promover a dignidade, a liberdade responsável e a justiça social para todo e cada cidadão Português.

Realisticamente, só poderemos dizer que existe verdadeira democracia, verdadeira

liberdade e verdadeira justiça social quando conseguirmos pelo menos assegurar na plenitude, o alcance do acesso à educação, à saúde e à justiça a cada um dos cidadãos portugueses.

No que à saúde concerne, área que me é especialmente próxima como profissional de saúde, não posso deixar de prestar aqui uma singela mas sentida homenagem àquele que foi o “pai” do Serviço Nacional de Saúde, o Dr. António Arnaut, desaparecido fisicamente no ano que volveu, mas que, pela magnitude da sua obra, permanecerá eternamente na nossa memória com sentido de grande reconhecimento e gratidão pela sua obra.

Foi este grande homem que, na qualidade de Ministro dos Assuntos Sociais do II Governo Constitucional, a 29 de julho de 1978, decretou aquele que ficou conhecido como «Despacho Arnaut», uma verdadeira antecipação do Serviço Nacional de Saúde de hoje, e com este nobre e eficaz gesto possibilitou pela primeira vez em Portugal o acesso aos Serviços Médico-Sociais a todos os cidadãos, independentemente da sua capacidade contributiva.

Foi desta forma consciente e altruísta que foi avalizada, pela primeira vez, a universalidade, generalidade e gratuidade dos cuidados de saúde e a comparticipação medicamentosa ao comum do cidadão.

Na esteira do «Despacho Arnaut» e graças a esta figura maior, determinada e comprometida com fortes princípios éticos e de justiça, foi publicada, em Diário da República, a 15 de setembro, a Lei n.º 56/79, que criou o Serviço Nacional de Saúde, concretizando o direito à proteção da saúde, à prestação de cuidados globais de saúde e o seu acesso a todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica e social. Este grande homem, um exemplo para todos nós, inspirado por um imperativo ético e de justiça e por uma imposição jurídico-constitucional, criou o Serviço Nacional de Saúde, num contexto de profunda desigualdade social, idealizando um Serviço que ainda hoje permite o acesso a cuidados de saúde por todos os quadrantes da população, garantindo que TODOS, desde as crianças aos idosos, tenham acesso a um médico, a medicamentos, enfim: ao alcance de um bem tão importante e precioso como é a saúde. É primordial que nunca nos esqueçamos do grande legado deixado por António Arnaut, no exemplo por si deixado e que, com o esforço que venha a ser necessário, quer do PS quer de todas as forças partidárias, não deixemos morrer o sonho outrora tornado realidade, garantindo-se de forma categórica cada vez mais o acesso aos cuidados de saúde a todos, mas principalmente aos mais pobres e aos mais desprotegidos.

Apesar do enorme impacto positivo do resultado da implementação do Serviço Nacional de Saúde, modelo ímpar a nível mundial, ainda temos um longo caminho a percorrer na concretização daqueles que são os ideais de Abril, sendo que a saúde não é exceção. Na verdade, assistimos hoje em dia a um momento relevantíssimo naquela que por um

lado deve ser a sua defesa, e, por outro, a sua real melhoria.

O paradigma atual da saúde já não se resume à prestação de cuidados de saúde por parte do sector público, antes pelo contrário, assistindo-se nas últimas décadas a uma abertura dos cuidados de saúde à esfera privada, com a criação de verdadeiros polos de negócio à sua volta e que vão desde a criação de hospitais privados com várias ofertas de cuidados, à proliferação de variadíssimas ofertas de seguros de saúde.

Todas as soluções que procurem trazer mais e melhor saúde ao povo Português devem ser merecedoras de aplauso, mas não pode o Estado Português deixar de priorizar e investir os seus recursos e planeamento naquele que é o bem mais básico e elementar e que por essa razão deve estar acessível a todos: a nossa saúde.

É indiscutível a importância dos serviços de saúde privados, permitindo ao cidadão escolher o local onde pretende ser assistido, o médico da sua confiança ou o agendamento da sua preferência. No entanto, os mesmos devem apenas assumir um papel opcional/complementar, nunca se substituindo à responsabilidade do Estado aos cuidados de saúde por parte de todos os Portugueses.

Jamais o Estado se deve distanciar dessa prioridade e verdadeiro desígnio nacional.

Para que este desígnio se encontre integralmente cumprido muito ainda há a fazer no aprimoramento dos serviços integrados da saúde, devendo existir uma forte aposta na articulação harmoniosa entre os serviços primários e secundários, a chamada ponte entre o Centro de Saúde local e os Hospitais, tendo como foco o doente, devendo ser garantido ao nível local o acesso a um crescente leque de serviços, nomeadamente na área da estomatologia, da psicologia, da nutrição e da fisioterapia.

Porque saúde não é nem pode ser apenas tratar a doença, mas antes e acima de tudo, prevenir e promover a qualidade da saúde, o que apenas se poderá conseguir melhorando a qualidade desses serviços.

Os serviços de saúde precisam de se adaptar às realidades locais.

Tal apenas é possível com uma maior proximidade do município na orgânica dos centros de saúde, partilhando responsabilidades que se traduzirão seguramente em ganhos na saúde dos nossos cidadãos, sendo expectável que tal se venha a concretizar com a nova medida do Governo: o pacote de transferências de competências da Administração Central para a Administração Local, sendo tal medida um desafio para o executivo camarário mas também uma grandiosa janela de oportunidade para se fazer mais e melhor pelo nosso concelho, permitindo uma maior proximidade na resolução dos problemas e no apoio aos nossos concidadãos por um lado, e por outro numa aposta e acompanhamento mais próximo de novas iniciativas de desenvolvimento concelhio.

A liberdade é o reflexo de todos os baluartes dos quais fui falando ao longo da minha intervenção. A liberdade reflete-se na saúde, no desenvolvimento, mas também na

garantia da igualdade entre homens e mulheres.

Mais uma vez recorro as minhas palavras iniciais, os ideais de Abril não podem ser apenas baluartes, não podem ser meras palavras, têm de traduzir-se em ações concretas e palpáveis.

É inegável que nos últimos 45 anos a sociedade Portuguesa percorreu uma enorme evolução ao nível das mentalidades, mas estamos ainda longe da concretização plena dos ideais de Abril em todo o seu esplendor. É preciso, por isso, apostar na formação, ensinando aos nossos jovens o passado, e mudando mentalidades para o futuro para que a história não se repita.

Porque a liberdade não se conquistou apenas em Abril de 1974, a liberdade conquista-se em nós, no respeito pelo próximo, na igualdade de género, em todas as coisas, todos os dias.

Viva a cidadania e Democracia!

Viva o 25 de Abril!

Viva a Liberdade!